

MEI AMBIENTE

Nº207 – Terça feira 15 de novembro de 2016 Por: Morgane BATTERIA, Maéva STOULS, Christelle MONKAM, Anthony ECHEVERRIA www.juristes-environnement.com



DESTAQUE – ASSINATURA DO CETA – EFEITOS SOBRE O MEIO AMBIENTE E A SAÚDE

O *Comprehensive Economic and Trade Agreement* (CETA) – tratado internacional de livre-comercialização entre a União Europeia e o Canadá – foi assinado em 30 de outubro de 2016. Sua assinatura levanta sérias questões quanto ao respeito do que foi fixado na COP 21, que foi julgado insuficiente por alguns. O acordo de livre-comércio tem como objetivo facilitar e dinamizar as trocas, o que induz necessariamente um aumento das emissões de gases de efeito estufa. No entanto, estudos mostram que o comércio mundial é responsável por quase 15% das emissões de gases de efeito estufa. O objetivo fixado pelo Acordo de Paris, limitar o aquecimento global em 2°C, é desafiado pelo CETA. Em matéria de segurança alimentar, a Comissão Europeia garantiu, afirmando que “todas as importações canadenses devem se adequar às exigências europeias”. E se a modificação da legislação sobre hormônios, ractopamina ou organismos geneticamente modificados é necessária, a modificação deve ser aprovada pelas autoridades europeias. As autoridades não estão, no momento, inclinadas a modificar profundamente essas legislações. Contudo, a associação Interbev insiste sobre o fato de que nenhuma garantia poderá ser apresentada sobre a utilização de antibióticos e de OGM nas rações para animais, a qual é uma prática frequente na América do Norte. Agora cabe aos Paramentos canadenses, europeus e de cada país membro ratificar o Acordo, se lhes convém, para a entrada em vigor provisória e depois definitiva.



MEIO AMBIENTE – O MARROCOS PROÍBE SACOS PLÁSTICOS

O país anfitrião da COP 22 mostrou o exemplo com uma lei que entrou em vigor em 01 de julho proibindo a fabricação, a comercialização e a importação de sacos plásticos. Altas multas são previstas para os infratores. A medida não concerne apenas os chamados sacos de dinheiro, ela vai permitir a luta contra uma catástrofe ambientalista para o país. Na verdade, com 25 milhões de sacos consumidos a cada ano e sem recuperação pela indústria, a maioria dos sacos usados acaba no Mediterrâneo. O governo complementou a medida com uma campanha de coleta de sacos da natureza. Esta lei é, no entanto, uma faca de dois gumes, pois condena uma parte da indústria da qual o plástico é a matéria-prima. Com a finalidade de preservar a economia nacional e os empregos que ela representa, o governo colocou em prática um plano de reestruturação de 200 milhões de dirhams. Com esse forte compromisso, o Marrocos se posiciona como um país pioneiro no desenvolvimento sustentável e avança certos países desenvolvidos.



SEGURANÇA NO TRABALHO – O COCT SE OPÕE AO PROJETO ISO 45001

Se a intenção da Organização Internacional de Normalização é louvável por causa de sua vontade de estabelecer um quadro de referência para o melhoramento da segurança dos trabalhadores, a redução dos riscos sobre o lugar de trabalho e a criação de condições de trabalho melhores e mais seguras no mundo, a posição do Conselho de Orientação de Condições do Trabalho (COCT) é bem diferente. Presidido pelo Ministro do Trabalho e composto por organizações sindicais e patronais, o COCT fez novamente oposição à França nesse projeto. Por um aviso dado em 03 de novembro de 2016, o Conselho se opôs ao projeto de normalização ISO 45001 relativo à gestão da saúde e da segurança no trabalho. De acordo com os membros do grupo permanente de orientação do COCT, “se a normalização técnica pode ser instrumento útil à saúde no trabalho, todas as atividades humanas não se prestam à definição de tais procedimentos e ainda para que exista um corpo regulamentar e convencional sólido”. O secretário geral do COCT adicionou que a saúde no trabalho “não pode ser enquadrada como uma norma técnica”. A nível europeu, o comité consultivo sobre a saúde e segurança no trabalho emitiu igualmente reservas. Por hora, uma publicação da norma para o fim de 2017, tal como prevista, é incerta.



BIODIVERSIDADE – FINALMENTE UM QUADRO JURÍDICO PARA A ELIMINAÇÃO DA VESPA ASIÁTICA

Depois da sua aparição na França em 2004, a vespa asiática não parou de se proliferar, causando danos consideráveis às abelhas domésticas. Embora ela tenha sido listada como espécie invasora em julho, não existe um quadro jurídico que gere a sua destruição, deixando aos proprietários que foram por elas infestados, nenhuma outra escolha a não ser usar empresas privadas, muitas vezes proibidas. Então, é com entusiasmo que foi recebido o anúncio feito pela Ministra do Meio Ambiente na ocasião do 21º Congresso da União Nacional de Apicultores Franceses. Um próximo decreto, o qual foi transmitido ao Conselho de Estado, deverá dar “aos prefeitos o poder de engajar operações de destruição de ninhos da vespa asiática, qualquer que seja o lugar onde são identificados, incluindo propriedades privadas”, de acordo com as declarações da senhora Royal. Em seguida ao anúncio de Le Foll, em 28 de maio, a adoção de um quadro legal permite usar o Poder Público para eliminar de forma mais sistemática os ninhos de vespas asiáticas. Essa medida foi calorosamente recebida pelos apicultores que a esperam desde 2013.





CE 12 de outubro de 2016, req. nº 387308 – eleito interessado: por esta decisão, o Conselho de Estado precisou a noção de eleito “interessado” tal como trata o artigo L 2131-11 do Código Geral de Coletividades Territoriais. Neste caso surgiu a questão do interesse pessoal de um conselheiro municipal que participou da adoção de um PLU, por causa de seu parentesco com um gerente de supermercado da cidade, tornando possível o deslocamento e a extensão do referido supermercado. O Conselho de Estado estimou que a deliberação, a qual tinha como objetivo determinar as previsões e regras de urbanismo aplicáveis à cidade, não puderam ser desassociadas da ilegalidade a qual “a partir da evidência de que, por causa de influência que exercia o conselheiro, a decisão leva em conta o seu interesse pessoal”. Pouco importa se o conselheiro municipal estava interessado na classificação de uma parcela cidade e que ele participou de trabalhos preparatórios e debates precedentes de adoção ou mesmo ao voto.

Responsabilidade social empresarial – apple anuncia caducidade do iphone 4: consequências para o meio ambiente

A sociedade multinacional de produtos eletrônicos, Apple, decidiu tornar obsoleto o Iphone 4 a partir de 31 de outubro de 2016. A partir desta data não será mais possível fazer alterações ou reparar a falta de peças de reposição do smartphone lançado em 2010. Esta decisão é ainda mais surpreendente tendo em vista o empenho demonstrado pela Apple para com o meio ambiente. Essa “estratégia de caducidade” foi anunciada no RMC.fr por Laeticia Vasseur, fundadora da Pare com Caducidade Programada: “vários serviços de após-venda impossibilitam reparar o iphone 4, de ter as peças componentes... é verdadeiramente uma ilustração da caducidade programada e de desprezo com o consumidor e o meio ambiente”. De acordo com esta, a estratégia do gripo Apple em matéria de caducidade programada está bem estabelecida. A sociedade americana obriga o consumidor a obter as versões mais recentes de seus produtos sem levar em conta o processo de produção e os impactos sociais e ambientais que produzem. Para fabricar um celular é preciso extrair minerais raros de minas nos países do sul e assegurar o transporte destes. Ainda mais, essas minas servem para financiar as guerras civis na África.



Duas vinícolas de Bordeaux foram indiciadas. Levou dois anos e meio para que a Sociedade de Estudo, Proteção e Planejamento da Natureza no Sudoeste (SEPANSO) chegasse àquele resultado. Em maio de 2014 cerca de 20 alunos e professora de uma escola primária de Villeneuve-de-Blaye foram hospitalizados por sentirem grave desconforto após pulverização nas duas propriedades. A ligação entre a utilização dos produtos pesticidas nas vinícolas e ao desconforto grave sentido pelas crianças e a professora tinha sido comprovada. A primeira denúncia será recusada com base no argumento que a utilização do produto havia sido autorizada. Uma nova investigação foi lançada e concluirá que o uso do produto, apesar de autorizado, era inapropriado. Na verdade, os ventos no dia da pulverização estavam dirigindo o produto na direção do estabelecimento escolar. Para o advogado da Associação, não se trata de um combate contra a vinícola, mas contra o uso irracional dos produtos pesticidas. Essas indicições deverão provocar uma nova consciência na exploração agrícola e vinícolas. Em julho deste ano a indústria de vinho de Bordeaux assinou com as autoridades regionais um plano de redução do uso de pesticidas. Desde 2012 a produção de vinhos orgânicos triplicou na França.



AR – CHAMADA À ORDEM PARA O GOVERNO BRITÂNICO

“Uma decisão histórica para a qualidade do ar em Londres.” Foi com estas palavras que a Associação *Client Earth* acolheu a liminar feita pelo governo britânico pela Suprema Corte de Londres ao receber seu plano antipoluição. A Corte julgou o plano atual como ilegal. Londres não respeita as normas europeias em vigor desde 1999 e não tem nenhuma chance, nas condições atuais, de atingir os objetivos de qualidade do ar esperados para 2020. Assim, o juiz afirma que “o plano de qualidade do ar deve ser anulado e repensado.” Essa decisão é um golpe duro para o governo que procura outras maneiras de demonstrar seu engajamento em favor do acordo mundial sobre o aquecimento global no ano passado na COP 21 em Paris. Diante do Parlamento a primeira-ministra Theresa May se comprometeu a fazer mais para livrar o ar de Londres, incluindo do NO₂ (dióxido de nitrogênio). O NO₂ é produzido pelos veículos a diesel, pelo aquecimento urbano e pelas indústrias situadas no oeste da cidade (a favor do vento). Londres é a capital mais poluída por NO₂ da Europa. A poluição atmosférica no Reino-Unido é responsável por 40.000 mortes prematuras a cada ano.



ENERGIA – ENGIE ANUNCIA O FECHAMENTO DE SUA CENTRAL EM HAZELWOOD NA AUSTRÁLIA

A empresa de energia ENGIE anunciou em 03 de novembro de 2016 o fechamento de sua fábrica de carvão situada na Austrália. Essa velha fábrica de 1.600 megawatts, situada em Morwell, produzia eletricidade a partir do carvão de uma mina adjacente desde 1960. Em setembro de 2014 um incêndio se alastrou nesta gigantesca mina a céu aberto por 45 dias, expondo os 12.000 habitantes de Morwell a taxas elevadas de poluição. Esta fábrica a carbono é a mais poluente do mundo e o seu fechamento, previsto para 2017, já tinha sido reclamado por diversas ONGs em razão dos impactos climáticos. ENGIE dá um grande passo em seu processo de produção de carvão. Na verdade, este anúncio faz parte da política de transição energética do grupo. Esta decisão de fechamento vem na véspera da abertura da COP 22, em 07 de novembro de 2016 em Marrakesh (Marrocos). ENGIE afirma que depois do encerramento da produção, 250 pessoas (de 470 empregados) continuarão a trabalhar no lugar de produção e procederão à desmontagem e reabilitação da mina.